

**ELITE EMPRESARIAL E DEMOCRACIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O
INSTITUTO ETHOS**

**ÉLITE EMPRESARIAL Y DEMOCRACIA: UN ESTUDIO DE CASO SOBRE EL
INSTITUTO ETHOS**

**THE CORPORATE ELITE AND DEMOCRACY: A CASE STUDY ON THE ETHOS
INSTITUTE**

**ÉLITE ÉCONOMIQUE ET DÉMOCRATIE : UNE ÉTUDE DE CAS SUR L'INSTITUT
ETHOS**

企业精英和民主化进程: 对ETHOS 学院做实例研究

DOI: 10.5533/1984-2503-20146106

Francisco José Mendes Duarte¹

João Bôsko Hora Góis²

RESUMO

O presente trabalho examina os discursos e as ações de um pequeno grupo da elite empresarial brasileira que, a partir do Instituto Ethos e no bojo do movimento de responsabilidade social empresarial (RSE), tem participado e contribuído para a formação de arenas políticas democráticas no Brasil. Ao fazê-lo, tal grupo contraria, em parte, a lógica conservadora de negação do conflito consolidada historicamente nas práticas do empresariado brasileiro. Ao analisarmos alguns documentos publicados pelo Instituto Ethos buscamos demonstrar que ele acredita no diálogo democrático como forma privilegiada de solução das questões sociais. Entretanto, concluímos que apesar dos avanços que tal postura do Ethos pode trazer, esta entidade está cercada de limites que refletem uma das suas principais contradições: a sua legitimidade encontra-se nas

¹ Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (2008) e Mestrado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (2010). Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF/University of California, Berkeley (Bolsa Sanduíche – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação do Brasil (CAPES)).
E-mail: duartekiko@yahoo.com.br

² Professor Associado da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Serviço Social pela PUC de São Paulo/Boston College (Bolsa Sanduíche – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação do Brasil (CAPES, 1999)).
E-mail: jbhg@uol.com.br

grandes empresas, que são simplesmente as entidades mais beneficiadas com a situação vigente.

Palavras-chave: Democracia, Instituto Ethos, responsabilidade social, elite empresarial.

RESUMEN

Este trabajo analiza los discursos y las acciones de un pequeño grupo de la élite empresarial brasileña que, a partir del Instituto Ethos y en el interior del movimiento de responsabilidad social empresarial (RSE), ha participado y contribuido para la formación de arenas políticas democráticas en Brasil. De esta manera, tal grupo contraría, en parte, la lógica conservadora de negación del conflicto consolidada históricamente en las prácticas del empresariado brasileño. Al analizar algunos documentos publicados por el Instituto Ethos buscamos demostrar que él cree en el diálogo democrático como forma privilegiada de solución de las cuestiones sociales. Sin embargo, concluimos que a pesar de los avances que la postura del Ethos puede traer, esta entidad está cercada de límites que reflejan una de sus principales contradicciones: su legitimidad se encuentra en las grandes empresas, que son simplemente las entidades más beneficiadas con la situación vigente.

Palabras-chave: Democracia, Instituto Ethos, responsabilidad social, élite empresarial.

ABSTRACT

This article examines the discourses and the initiatives of a small group of the Brazilian corporate elite which, through the Ethos Institute and in the context of the corporate social responsibility (CSR) movement, participated and contributed to the formation of democratic political arenas in Brazil. In doing so, the group partly countered the conservative logic of conflict negation historically consolidated in the practices of Brazilian corporations. Through an analysis of several documents published by the Ethos Institute, we seek to demonstrate that it believes in the democratic dialogue as a privileged means of solving social issues. However, we conclude that in spite of the advances which Ethos' position may produce, the body is hampered by limitations which reflect one of its main contradictions: its legitimacy is forged by large companies, who are those most to benefit from the current state of affairs.

Key words: Democracy, Ethos Institute, social responsibility, corporate elite.

RÉSUMÉ

Le présent article examine les discours et les actions d'un petit groupe de l'élite économique brésilienne qui, par l'entremise de l'Institut Ethos et dans le cadre du mouvement de responsabilisation sociale des entreprises, a participé et contribué à la formation d'espaces politiques démocratiques au Brésil. Ce faisant, ce groupe allait quelque peu à l'encontre de la logique conservatrice de négation des conflits, historiquement consolidée dans les pratiques des milieux d'affaires brésiliens. Sur la base de l'analyse d'un certain nombre de documents publiés par l'Institut Ethos, nous chercherons à démontrer que celui-ci croit au dialogue démocratique en tant que forme privilégiée de résolution des questions sociales. Néanmoins, malgré les avancées permises par ce positionnement d'Ethos, nous avons pu remarquer que cet organisme trouve rapidement ses limites dans l'une de ses principales contradictions : sa légitimité lui vient des grandes entreprises qui sont tout simplement celles qui profitent le plus de la situation actuelle.

Mots-clés : Démocratie, Institut Ethos, responsabilité sociale, élite économique.

摘要

本论文讨论了一个小的企业精英俱乐部-

ETHOS学院，在巴西八十年代初的民主化的进程中的言论和行为，发起了企业社会责任(RSE)运动，在此运动的背景下，参与了并且为巴西民主政治的斗争做出了贡献。为了参与政治，他们打破了巴西企业界不参与政治斗争的保守传统。作者分析了ETHOS学院发布的一些文件，尝试展示他们这些企业家相信民主对话是解决社会问题最好途径。尽管如此，作者发现，虽然ETHOS学院这样的开明态度能带来一些进步，但由于学院的命运掌握在大企业手中，而这些大企业是巴西独裁政体的主要受益者，她在民主化进程中所起的作用受到限制，这也是她矛盾的一方面。

关键词: 民主, ETHOS 学院, 社会责任, 企业精英

1 – Introdução

Com a falência do “socialismo real” e a conseqüente derrocada, ao menos momentânea, das concepções que acreditam na tomada do poder através da força, nas últimas décadas houve um fortalecimento da ideia de que o processo de democratização é um elemento crucial para que se conforme uma sociedade mais justa. Logo, a democracia tem sido cada vez mais valorizada enquanto uma necessidade universal.

No Brasil, historicamente, as diferentes elites – religiosas, políticas, empresariais, militares etc. – pouco têm contribuído para a conformação de um pensamento político embasado por preceitos democráticos. De fato, a relação predatória que estas mantêm com o restante da sociedade deu, ao longo dos séculos, sustentação a uma tradição política marcada por diferentes formas de autoritarismos. A tal tradição pode ser concedido significativo crédito pela manutenção de um *status quo* favorável aos grupos dominantes e, portanto, favorável a um padrão de extrema concentração da riqueza existente em nossa sociedade nas mãos de tão poucos.

Pochmann, valendo-se de dados censitários e de pesquisas domiciliares, caracterizaram numericamente tal padrão de concentração. Em 1872, 1,8% do total das famílias no país respondiam por 2/3 do estoque de riqueza e de todo o fluxo de renda aqui existente. Em 1920, quase meio século depois, somente 1,3% das famílias brasileiras podiam ser consideradas ricas. No ano 2000, infelizmente aquela situação não havia mudado muito, já que as 5 mil famílias “muito ricas” no Brasil apropriavam-se do equivalente a 3% da renda total nacional, mantendo um patrimônio de algo em torno de 40% do PIB brasileiro³. Dados mais recentes, levantados pelo Banco Mundial em 2004, acenam na mesma direção: os 20% mais ricos mantinham naquele momento 61% da renda nacional, ao passo que os 20% mais pobres dispunham somente de 2%⁴. Esta brutal concentração de renda é responsável pela enorme miséria em que vive grande parte da população brasileira. Dados censitários recentes mostram que 16, 2 milhões de pessoas ainda vivem aqui em condições de pobreza extrema, auferindo uma renda mensal de até 70 reais⁵.

³ Pochmann, M. et al (org.) (2004). *Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil*, São Paulo: Cortez. 3 v.

⁴ Cappellin, Paola; Giuliani, Gian M. (2007). “Virtudes privadas e virtude cívica: sistematização dos hábitos de doar de empresas e fundações”. In BRITO, Márcia; Melo, Maria E. (Org.). *Hábitos de doar e captar recursos no Brasil*, São Paulo: Peirópolis, p. 59-106.

⁵ IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 05/02/13.

Assim ao refletirmos sobre as desigualdades extremas existentes no Brasil nos vemos envoltos por uma questão central: como podemos arregimentar apoio a políticas sociais fundamentais para a conformação de uma sociedade mais democrática, como as de combate à pobreza e à desigualdade, em tal ambiente de apartação econômica? Levando em conta tal questionamento concordamos com a perspectiva de Reis⁶, segundo a qual não podemos esquecer que as elites são fundamentais para que as sociedades encarem seus problemas de forma concreta. Esta autora retratou este enfoque nos seguintes termos: “(...) o papel das elites na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável. A menos que - por razões interesseiras ou altruístas - elas percebam uma política como necessária ou desejável, esta não terá chance de ser implementada”⁷.

Dito isto, acreditamos ser necessário aumentarmos nosso conhecimento acerca do modo como as elites entendem as questões sociais para que, com isso, possamos identificar aqueles argumentos capazes de motivá-las a cooperarem com, ou ao menos não “vetarem”, políticas de combate à pobreza e à desigualdade social. Reconhecer os poderes que as elites são capazes de manejar não implica a defesa delas e, muito menos, a negação da importância e influência de outros atores sociais nos processos decisórios. Afinal, as elites quase sempre reagem às pressões e reivindicações que vêm de baixo⁸.

Quanto ao conceito de elite empresarial adotado aqui, é importante salientarmos que este busca caracterizar um grupo de atores empresariais específicos, que controla não apenas um significativo quantum de poder econômico, mas também um poder político, atuando com frequência na defesa dos interesses empresarial⁹.

Tendo em vista o que dissemos nos parágrafos acima, tomamos como objetivo desse trabalho examinar um caso no qual um grupo específico de nossa elite empresarial – aquele agrupado em torno do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – tem construído, desde os anos de 1990, discursos e práticas mais democráticas e de defesa da cidadania que, até certo ponto, contrapõe-se ao pensamento conservador predominante historicamente no seio do empresariado do país. Em tais discursos e práticas são encontrados dois elementos que merecem destaque. O primeiro diz respeito

⁶ Reis, Elisa P. (2000). “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, p.143-152.

⁷ Ibidem, p. 144.

⁸ Ibidem.

⁹ Costa, Paulo R. N (2012). “A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política”. In *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 18, nº 2, p. 452-469.

ao fortalecimento e a constituição de novas esferas de debate político democrático no Brasil. Já o segundo concerne a novos mecanismos de controle social que este Instituto tem implementado no âmbito do campo empresarial, os quais propõem-se a diminuir a enorme influência (inúmeras vezes nefasta) que os interesses empresariais têm sobre a produção e eficiência das políticas públicas.

Argumentamos ainda que o projeto político do Ethos busca ir além da atuação histórica do empresariado no campo político, marcada pela formulação de interesses restritos ao plano econômico e de caráter bastante particularista. No cerne das preocupações deste Instituto está a construção de uma sociedade capitalista na qual os problemas socioambientais causados pelo desenvolvimento econômico possam ser solucionados através da construção de consensos entre os diversos setores da sociedade¹⁰.

Para alcançarmos o objetivo a que nos propomos, dialogamos aqui com uma literatura da ciência política voltada para o debate sobre a representação de interesses no Brasil e outra acerca da questão da responsabilidade social empresarial; analisamos o discurso contido em algumas publicações do Instituto Ethos; e consultamos sítios na internet relacionados ao assunto.

Na próxima seção falaremos brevemente da conformação histórica do sistema de representação política no Brasil, enfatizando como seu caráter corporativo impediu a conformação de meios democráticos de resolução dos conflitos.

2- O empresariado enquanto ator político:

No Brasil, a identidade política dos trabalhadores e do empresariado – dois atores fundamentais para a conformação sistema capitalista – foi constituída por meio do aparelho estatal e não através da formação de partidos nacionais como ocorrera em diversos países europeus e até mesmo latino-americanos. Entre nós, a incorporação destes atores no processo de representação política ocorreu via sindicalismo tutelado, paralelamente, à dinâmica partidária impulsionada no país somente a partir de meados dos anos de 1940¹¹. Contudo, a tutela estatal não se deu da mesma forma para os dois atores em questão. Desde sua montagem durante a Era Vargas (1930-1945), o aparato

¹⁰ ETHOS. Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008). São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx>, Acesso: 13/01/2013.

¹¹ Santos, Wanderley Guilherme dos (1993). *Razões da desordem*, Rio de Janeiro: Rocco.

corporativista favoreceu amplamente o empresariado, que não só constituiu novas associações paralelas às corporativas oficiais como teve a possibilidade de manter a rede de associações criadas de maneira espontânea, durante as duas primeiras décadas do século passado. Ademais, este ator, historicamente, teve grande participação nos processos decisórios relativos à política econômica através dos canais de representação de interesses abertos a ele desde a reforma político-institucional implementada durante a década de 1930¹².

Quanto ao operariado, este foi destituído das formas de organização sindical anteriores ao estabelecimento do corporativismo tutelado e teve seu acesso vetado às arenas políticas decisórias – a participação dos trabalhadores, sob o controle do Ministério do Trabalho, esteve circunscrita às políticas trabalhista e previdenciária – onde o empresariado negociava diretamente com a alta burocracia¹³. Não podemos deixar de mencionar também que, principalmente, durante os regimes ditatoriais (1937-1945 / 1964-1985) as organizações representativas da classe trabalhadora tiveram suas possibilidades de ação (como as greves, por exemplo) altamente reduzidas pela repressão¹⁴.

Portanto, o corporativismo brasileiro – símbolo da hipertrofia da burocracia estatal – embasado em negociações entre empresários e o Estado (mais abundantes e decisivas) e trabalhadores e o Estado no interior deste último, não favoreceu a institucionalização de práticas políticas mais democráticas, logo menos clientelistas, capazes de produzir um processo mais equilibrado de negociação entre as forças sociais relevantes e o Estado¹⁵. Tais privilégios não contribuíram para a conformação de uma identidade política por parte do empresariado, e, sobretudo, da elite empresarial capaz de apoiar a construção de uma sociedade mais solidária, onde os conflitos redistributivos fossem equacionados por meio do diálogo com outros atores importantes¹⁶.

¹² Dentre os canais institucionais utilizados, historicamente, pelo empresariado para levar suas demandas ao Estado podemos citar: os conselhos econômicos da Era Vargas (o Conselho Técnico de Economia e Finanças e o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial são exemplos destes); os grupos executivos criados no governo de Juscelino Kubitschek e os conselhos econômicos do período da Ditadura Militar, como o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

¹³ Boschi; Diniz, Eli (2004). *Empresário, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

¹⁴ A extrema violência com que muitos sindicatos de trabalhadores foram reprimidos, contudo, não anula o fato de que a política social, materializada na legislação social e trabalhista e fortalecida paradoxalmente nos períodos de maior repressão política, gerou bem-estar para uma parcela das massas trabalhadoras. Gomes, Ângela de C. (2005). *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro: Editora FGV.

¹⁵ Boschi, R.; Diniz, E. (2004). Op. cit.

¹⁶ Robert Dahl retratou claramente o quanto as desigualdades extremas são altamente nefastas à ordem democrática na seguinte colocação: “As desigualdades extremas na distribuição de recursos-chaves como renda, riqueza, status, saber e façanhas militares equivalem a desigualdades em recursos políticos. Evidentemente, um país com desigualdades extremas em recursos políticos comporta uma probabilidade

Não podemos deixar de ressaltar que quase três décadas após o fim do regime militar, alguns estudos já demonstram que o empresariado, sobretudo ao longo do último decênio, adquiriu uma postura política bem mais favorável ao regime democrático, percebendo como positiva a alternância de poder e a maior pluralização das disputas políticas¹⁷.

Dito isto, a seguir descrevemos o processo de formação do movimento de Responsabilidade (RSE), em meio ao qual o Ethos se conformou, e de que forma acreditamos que o seu aprofundamento pode tornar a elite empresarial mais propícia ao debate democrático e, com isso mais comprometida com uma sociedade mais solidária.

3- A Responsabilidade Social Empresarial: entre a conservação e a mudança

O movimento de RSE nasceu a partir do momento em que empresas e empresários começaram a refletir sobre seu papel na sociedade, ou seja, sobre a necessidade de construir uma nova e mais ética relação com esta e com o meio ambiente. Contudo, isto não ocorreu por causa de uma simples e espontânea tomada de consciência desses agentes, mas sim por meio de um processo conformado por inúmeras variáveis. Dentre tais variáveis podemos citar: o avanço de concepções ideológicas que não entendem o Estado como o único responsável pelo bem público em diversos países a partir do final da década de 1970; o contínuo alastramento da miséria e da pobreza pelo mundo nos anos de 1980 e 1990; as pressões dos governos e das entidades internacionais (como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e grandes ONGS como a WWF e o Green Peace) sobre as empresas, exigindo destas maior responsabilidade quanto aos impactos sociais, culturais e ambientais de suas atividades; o fato de que os movimentos feminista, negro e, mais recentemente, o movimento gay tornaram públicas as inúmeras desvantagens e violências que estes grupos sofrem em seus locais de trabalho, pressionando as empresas a estabelecerem políticas para responder a estes problemas; o fortalecimento do movimento pelos direitos dos consumidores, que também tem exigido das empresas posturas mais responsáveis no que tange as consequências socioambientais de suas atividades; a ascensão do

muito alta de ostentar desigualdades extremas no exercício do poder e, portanto, um regime hegemônico". Dahl, Robert (1997). *Poliarquia e oposição*, São Paulo: EDUSP.

¹⁷ Diniz, Eli (2010). "Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações". In *Política e Sociedade*. Vol. 9, N.17.

movimento ambientalista, que tem pressionado as empresas pela elaboração de novos processos produtivos e produtos que sejam menos nocivos à saúde dos consumidores e à integridade do meio ambiente; a conformação de movimentos sociais contra o neoliberalismo, que tornaram evidente o quanto entidades multilaterais como a OMC estão mais comprometidas com os interesses das multinacionais e dos grandes investidores do que com a expansão do bem-estar por todos os rincões do planeta; e, por último, a criação de organizações empresariais, como o Ethos, voltadas para promover a ideia de RSE no campo empresarial¹⁸.

As empresas, os empresários e suas entidades representativas têm apresentado uma ampla variedade de posicionamentos no que diz respeito ao movimento da RSE, visto que as colocações destes agentes em relação à questão vão do desinteresse completo até o empenho intelectual e prático na sua implementação. Mesmo no campo acadêmico a RSE também está sendo debatida a partir de diferentes prismas, o que significa dizer que existem formas variadas de pensá-la e realizá-la no Brasil. Logo, acreditamos que ela ainda é um campo em disputa e por isto devemos ter cautela ao analisá-la de forma homogênea como apenas mais um instrumento de legitimação da dominação burguesa. Se por um lado, a RSE é um claro mecanismo de legitimação da dominação econômica e cultural de uma elite. Fato que em si já estabelece uma série de limitações ao movimento de RSE. Por outro lado, entendemos que a visão mais ampla do papel da empresa – desde que não se contraponha ao papel do Estado – defendida por alguns atores que compõem este movimento, talvez possa contribuir para a conformação de uma elite empresarial menos predatória e preocupada com interesses imediatistas e mais disposta a negociar em espaços democráticos (com regras instituídas e aceitas por todos).

Nas próximas seções buscaremos demonstrar como o pensamento político empresarial defendido pelo Ethos está permeado pela ambiguidade inerente ao movimento de RSE destacada acima. Embora ele venha rompendo com a tradição antidemocrática do empresariado brasileiro, ao propor um projeto de sociedade mais solidário, sua capacidade crítica é, de fato, limitada. Isto porque suas ações estão voltadas, sobretudo, para mudar as práticas gerenciais das grandes empresas, que estão

¹⁸ Góis, J. B. H ET Cols (2004). "Responsabilidade Social Empresarial e Solidariedade: uma análise do discurso dos seus atores". In *Serviço Social e Sociedade*, n. 78.

entre as organizações que mais se favoreceram com a configuração extremamente predatória assumida pelo capitalismo nas últimas décadas.

4 – As origens do Instituto Ethos

O Ethos foi fundado, em 1998, por um grupo de empresários de São Paulo – Oded Grajew, Hélio Mattar, Ricardo Young, Emerson Kapaz, Sérgio Mindlin, Guilherme Peirão Leal e Eduardo Capobianco – tendo como principal objetivo consolidar o movimento da RSE no seio do empresariado nacional. Atualmente, mais de 1300 empresas estão filiadas a ele.

Seus principais esforços residem em conscientizar as elites empresariais do papel central que elas devem assumir na solução dos problemas sociais e ambientais que assolam o país. Para tanto, o Ethos tem agido enquanto um *think tank* voltado para uma definição mais precisa do conceito de RSE, gerando uma série de reflexões (através de seminários, grupos de trabalho e cursos) e mecanismos (publicações e bancos de dados) para que as empresas possam adotar e colocar em prática um sistema gerencial socialmente responsável¹⁹.

O Instituto Ethos tem sido capaz de gerar compromissos e pactos públicos com vistas a engajar as empresas associadas na resolução de importantes problemas sociais, como o trabalho escravo; elaborado ferramentas capazes de avaliar a expansão das práticas de RSE entre as empresas brasileiras (Indicadores Ethos de Responsabilidade Social); participado de diversos debates internacionais acerca das questões relacionadas à RSE; e integrado importantes iniciativas governamentais em prol da consolidação de políticas públicas no país, como aquelas propostas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) do qual ele é membro. Quanto ao CDES, notemos que sua origem está relacionada à experiência do Fórum Empresarial de São Paulo, proposto pelo Ethos à prefeita Marta Suplicy, do PT, e instalado em 2001²⁰.

É necessário destacar ainda que esta posição privilegiada conquistada pelo Instituto Ethos no campo da política deve-se a trajetória de militância de um grupo de empresários que se conformou a partir do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), associação de empresários fundada em 1990. O PNBE se destacou ao longo da

¹⁹ ETHOS (2013). O Instituto Ethos. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 13/02/2013.

²⁰ Martins, André S (2009). *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo*, Juiz de Fora: UFJF.

primeira metade daquela década por formular um discurso político preocupado não somente com as demandas econômicas, mas também com questões sociais mais amplas, sobretudo, no que tange a consolidação da democracia e dos direitos de cidadania no Brasil. A importância assumida por alguns líderes do Ethos no mundo da política torna-se ainda mais evidente quando se tem em mente algumas de suas iniciativas. Oded Grajew, por exemplo, foi o principal articulador da aproximação de Lula da Silva com setores do empresariado nacional, elemento que foi muito relevante para a vitória do candidato do PT nas eleições de 2002. Grajew foi também assessor de Lula da Silva em seu primeiro ano de governo. Ricardo Young, por sua vez, foi candidato pelo PV ao Senado em 2010. Não obtendo êxito naquela ocasião, ele se candidatou a vereador de São Paulo, em 2012. Foi eleito. Já Guilherme Peirão Leal foi candidato à vice-presidente da República ao lado de Marina Silva pelo PV, em 2010. Apesar de não se elegerem, alcançaram 20% dos votos no primeiro turno daquele pleito²¹.

Os fatos elencados acima denotam que tanto os líderes do Ethos – que podem ser caracterizados como componentes da elite empresarial – quanto o próprio instituto alcançaram um reconhecimento significativo junto a amplos setores da sociedade, inclusive junto ao Estado.

A seguir descrevemos o projeto político do Ethos.

4.1 – O projeto político do Ethos

O projeto ético-político advogado pelo Ethos busca estabelecer um novo mercado de idéias onde as tecnologias gerenciais ou organizacionais ligadas ao movimento da responsabilidade social podem ser adquiridas a partir de um esforço de aprendizado empresarial. Essas idéias trazem em seu cerne a convicção de que é necessária a inauguração de uma conduta distintiva no meio empresarial que possibilite a todos – empresários, funcionários e população em geral – uma vida melhor. Assim, segundo esta perspectiva, as empresas que se adaptarem a este processo, aquelas “socialmente

²¹ O sucesso dos líderes do Ethos no campo empresarial também é significativo. Guilherme Leal, por exemplo, é um dos fundadores da empresa Natura, líder no setor de cosmético no Brasil. Oded Grajew foi fundador e presidente até o final dos anos de 1980 da empresa Grow, uma bem-sucedida empresa do setor de brinquedos no Brasil. Já Ricardo Young, foi presidente do Yázigi Internexus, um dos maiores curso de línguas do Brasil. Duarte, Francisco J. M (2010). *Construindo o movimento da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil: um estudo de caso sobre o Instituto Ethos*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

responsáveis”, tenderão a obter os maiores lucros (vantagens competitivas) e ainda contribuir para a “salvação do planeta”.

Neste sentido, o Ethos acredita na idéia de que se os instrumentos de mercado forem usados de forma ética, as empresas, ao buscarem maneiras de se distinguir e distinguir também seus produtos, podem gerar enormes benefícios à sociedade e às suas próprias atividades. Contudo, ao contrário dos defensores do neoliberalismo tal Instituto entende que há um importante papel a ser exercido pelo Estado e não enxerga qualquer dicotomia entre o papel deste e aquele que deve ser desempenhado pela sociedade civil. Ricardo Young, um dos fundadores do Instituto e atualmente membro do seu Conselho Deliberativo, deixa clara a distância existente entre o projeto desta entidade e aquele preconizado pelos neoliberais na seguinte afirmação: *“Acabou a visão neoliberal de que pode haver uma acumulação capitalista sem redistribuição de renda e sem regulação do mercado e de que os padrões de produção e de consumo atuais podem se perpetuar”*²².

Como podemos perceber, o Instituto defende a regulação dos mercados e a existência de um Estado ativo. Oded Grajew, outro fundador do Instituto e seu presidente emérito, definiu bem o papel do Estado na seguinte passagem:

*Quanto ao papel do Estado, ele é insubstituível. Educação, saúde, segurança, direitos humanos e todas as ações básicas são responsabilidades do Estado. O papel das empresas e da sociedade civil é dar referências, criar exemplos e formas de atuação que possam ser absorvidas como políticas públicas*²³.

Tendo em vista tais colocações, podemos perceber que para o Ethos, as empresas e a sociedade civil organizada devem se tornar parceiras do Estado na solução dos problemas sociais, conformando ações que possam maximizar a eficiência das políticas públicas. Logo, o Ethos não visa representar o empresariado, mas sim conformar um projeto societário, a partir da ideia de RSE, que visa a redefinição das relações entre as esferas pública e privada. Se tal projeto vai de encontro aos interesses das elites empresariais, ele o faz de uma forma sistêmica – buscando reformar o capitalismo a partir de dentro – e não particularista.

Na próxima sessão avançamos nessa discussão mostrando como o Ethos aborda e participa de iniciativas de controle social tanto do Estado como das empresas e de arenas políticas democráticas.

²² ETHOS (2009). Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008). São Paulo. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx>, Acesso: 15/01/13.

²³ Duarte, F. J. M (2010). Op. cit, p.83.

4.2 – O Ethos entre o mercado, a sociedade civil e o Estado: algumas iniciativas

O Ethos tem se articulado com a sociedade civil e com instâncias estatais visando fortalecer a mobilização em prol dos valores da RSE. Isto significa que, para ele, as empresas só adotarão os valores da RSE quando a sociedade como um todo engajar-se em tal movimento, criando mecanismos de controle social capazes de limitar o poder econômico e político das corporações.

A primeira ação da entidade neste sentido se deu ainda em 2000, quando fundou o Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. O principal objetivo deste Instituto é incutir no consumidor práticas de consumo responsáveis. Agindo a partir da premissa de que os consumidores têm uma grande influência sobre as ações das empresas, o Akatu advoga que o ato de consumo pode e deve ser um importante instrumento de controle social sobre as empresas, ou seja, ele deve ser entendido como um ato político capaz de conduzir o poder dos agentes econômicos na direção de práticas social e ambientalmente mais sustentáveis²⁴.

Outra iniciativa do Ethos em prol do fortalecimento da articulação entre empresariado, sociedade civil e Estado foi a consolidação do Movimento Nossa São Paulo, em 2007. Este movimento nasceu da percepção de que a atividade política no Brasil, as instituições públicas e a democracia estão com a credibilidade abalada perante a população. Isso tornaria necessária a promoção de ações que possam recuperar para a sociedade os valores do desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa. Tal Instituto também teve participação na fundação e desenvolvimento do Fórum Amazônia Sustentável. Esse Fórum, criado em 2007 durante uma reunião realizada em Alter do Chão (PA), é um espaço de diálogo entre empresas, governos e organizações da sociedade civil que visa gerar alternativas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia²⁵.

No âmbito estatal o Ethos tem participado de várias instâncias de debate político, como do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ligado à Presidência da

²⁴ Esta entidade é independente juridicamente em relação ao Ethos. AKATU. Institucional. Disponível em: Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/Institucional>>. Acesso em: 08/02/2013.

²⁵ Uma articulação entre o Movimento Nossa São Paulo e o Fórum Amazônia Sustentável deu origem ao projeto Conexões Sustentáveis. Esta iniciativa pretende criar soluções para questões como a devastação da Amazônia. ETHOS (2009). "Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008)". São Paulo. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx>, Acesso: 15/01/13.

República e do Fórum Nacional de Aprendizagem vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Ao participar destas arenas políticas, o Instituto em questão tem contribuído para a conformação de iniciativas importantes para o fortalecimento da democracia e da cidadania no país. Um exemplo disso foi o seu papel fundamental na criação – em parceria com a ONG Repórter Brasil, a Organização Internacional do Trabalho e o Instituto Observatório Social – do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Outro exemplo foi a sua parceria com a Controladoria Geral da União para a formulação do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção²⁶.

Ao refletirmos sobre este de tipo de ação desempenhada pelo Ethos, podemos afirmar que esta entidade trabalha em uma lógica de fortalecimento tanto das “regulações civis²⁷” quanto das “regulações estatais”. Isto é, tal Instituto busca contribuir com as ações do Estado no combate ao trabalho escravo mobilizando as empresas associadas a ele para o enfrentamento do problema em suas cadeias produtivas e, no caso da corrupção, busca conscientizar as empresas da necessidade delas manterem relações transparentes com políticos, partidos e governos, evitando o financiamento ilícito de campanhas, a participação em licitações irregulares e a sonegação de impostos.

Outro bom exemplo de que o Ethos tem agido dentro dessa lógica de complementaridade entre regulação civil e regulação estatal foi o seu embate público com a Petrobrás. Falemos um pouco sobre tal embate. Ao se filiar ao Ethos toda empresa deve assumir o compromisso de atuar de forma ambientalmente responsável. Neste sentido, o Instituto questionou o comportamento da petrolífera brasileira, uma de suas associadas, por estar desrespeitando a Resolução 315 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que impôs um prazo para que fossem diminuídas as quantidades de enxofre no diesel, tendo em vista que tal elemento químico é um dos principais responsáveis pela poluição do ar. Após a Petrobrás declarar que não teria tempo hábil para cumprir as determinações do Conama no prazo estipulado, Oded Grajew, então presidente do Conselho Deliberativo do Ethos, publicou um artigo no jornal Folha de São

²⁶ Ibidem.

²⁷ As regulações civis são estruturas regulatórias privadas, não estatais e baseadas em mercados cujo objetivo é regulamentar as ações de empresas multinacionais e cadeias globais de fornecedores. Este tipo de regulação opera paralelamente ou em meio às leis estatais, baseando-se em ‘soft laws’ ou leis privadas. Com isso, aqueles que violam tais regulações estão sujeitos às sanções ou constrangimentos sociais e àquelas de caráter mercadológico. A regulação civil, refletindo a expansão do papel público do setor privado, amplia a autoridade regulatória para além do Estado nacional, estendendo-a aos agentes globais não estatais. Vogel, David (2005). *The Market for Virtue: The Potential and Limits of Corporate Social Responsibility*, Washington: Brookings.

Paulo em favor do cumprimento da Resolução. Logo, em favor da punição da Petrobrás pelo Conama. Depois do ocorrido, a Petrobrás deixou de ser sócia do Instituto²⁸.

A atitude assumida pelo Instituto Ethos diante da “irresponsabilidade socioambiental” da Petrobras é um exemplo claro de como ele tem buscado manter um alinhamento consistente com a defesa das políticas públicas, nesse caso, a política ambiental. Neste sentido, a pressão civil exercida por esta entidade (fazer parte do Ethos significa, em certo sentido, maior prestígio para a marca das empresas e ser desligado deste pode causar certo dano a reputação delas) em conjunto com as ações estatais (leis e multas para infrações) pode gerar importantes benefícios à sociedade.

Outro caso importante que exemplifica o quanto este Instituto vem tentando construir limites ao poder do mercado é a campanha que ele lidera em prol da venda de medicamentos fracionados. Parte de um movimento que busca estabelecer novas relações entre a sociedade e as indústrias, esta campanha, que deu origem a uma proposta de lei encaminhada por Oded Grajew ao Presidente Lula da Silva – quando aquele empresário ainda era assessor especial do presidente, em 2003 – vem se transformando em uma batalha política entre setores da sociedade civil e indústrias farmacêuticas. Constatado que muitas pessoas no Brasil deixam de comprar remédios necessários devido aos seus preços elevados e que cerca de 20% dos medicamentos têm sua validade vencida antes de serem consumidos, o Ethos vem defendendo a idéia de que o consumidor deve ter o direito de comprar a quantidade exata de remédios da qual necessita.²⁹

Além disso, devemos destacar aqui o importante papel que este Instituto desempenhou na legitimação no seio do empresariado nacional das políticas sociais inseridas no Programa Fome Zero do governo de Lula da Silva. Uma das principais ações neste sentido foi a mobilização da sociedade civil para a formulação de um sítio na internet, que passou a funcionar como um espaço para empresas e cidadãos que quisessem contribuir através de iniciativas autônomas, ou seja, independentes das

²⁸ ETHOS (2009). “Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008)”. São Paulo. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx>, Acesso: 15/01/13.

²⁹ A lei acerca do fracionamento dos remédios foi aprovada por decreto da Presidência da República em janeiro de 2005. Sendo fortalecida por resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária quatro meses depois. Contudo, ao ser aprovada, essa lei perdeu seu caráter de obrigatoriedade e vem sendo continuamente protelada devido às ações judiciais que as indústrias farmacêuticas têm movido contra o fracionamento. ETHOS (2007). “O compromisso das empresas com as Metas do Milênio II: Avanços e desafios”. São Paulo. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx>, Acesso: 15/01/13.

governamentais, com o Programa. A partir desta iniciativa desenvolveu-se um conceito mais amplo a ser adotado pelo Fome Zero, que era o de Carência Social Zero. Tal idéia nasceu da necessidade de se agregar novos valores ao Programa, para que ele fosse além da garantia das necessidades alimentares, preocupando-se também em garantir aos beneficiados diversas condições imprescindíveis à promoção de uma vida digna. Depois de lançado o conceito, o Ethos empenhou-se em organizar, através de parcerias, uma série de publicações relacionadas ao Fome Zero, sendo um dos seus principais objetivos ampliar o debate sobre outro conceito importante: o de segurança alimentar³⁰

Avaliando mais profundamente as ações levadas adiante pelo Ethos, devemos reconhecer que esta entidade tem apresentado uma postura bastante progressista se comparada àquela historicamente adotada pelo empresariado brasileiro com relação aos problemas sociais e ambientais enfrentados por nossa sociedade. Contudo, devemos também ressaltar os limites do projeto político preconizado pelo Ethos. É sobre este ponto que nos debruçamos na próxima seção.

4.3 – Os limites democráticos de um projeto de elite

Ao analisarmos o projeto político de reforma social defendido pelo Ethos podemos perceber nitidamente a ausência de uma questão fundamental para a conformação de qualquer sociedade pautada pelos direitos de cidadania: a consolidação de uma reforma agrária. Sabemos que uma excessiva concentração da propriedade privada gera uma extrema concentração de poder e, dificilmente, uma democracia sobrevive em um ambiente tão marcado por tal desequilíbrio. Portanto, seria interessante que o Ethos utilizasse toda a sua legitimidade diante do empresariado e do Estado para a constituição de um pacto pela reforma agrária ou, ao menos, que assegurasse a introdução dessa questão na agenda da RSE. Obviamente que defender esta causa não tem sido uma tarefa fácil nem mesmo para o Estado³¹ e não seria diferente para uma entidade que tem como principais interlocutoras as grandes empresas.

³⁰ Duarte, F. J. M (2010). Op. cit.

³¹ Alguns estudos realizados revelam que se o Incra fizesse valer, em sua totalidade, os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutiva no país, algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) poderia ser considerado propriedade improdutiva. O *Atlas Fundiário Brasileiro*, publicado pelo Incra em 1996, afirmava que 62,4% da área dos imóveis cadastrados era improdutiva e apenas 28,6% era produtiva. Além disso, segundo dados da Receita Federal, divulgados em 1994, 59% dos proprietários de imóveis rurais de mil a cinco mil hectares sonegavam o Imposto Territorial Rural (ITR) e, para piorar, o número de sonegadores aumentava, à época, para 87% no que tange propriedades acima de 5 mil

Outra crítica que podemos fazer ao Instituto refere-se ao fato deste evitar discutir a forte relação existente entre as ações de responsabilidade social e os incentivos fiscais. A renúncia fiscal pode ser um instrumento nefasto, na medida em que, no limite, parte do fundo público passa a ser utilizada por entidades privadas³². Estamos cientes de que boa parte das ações sociais implementadas pelas inúmeras fundações empresariais e os benefícios que muitas empresas dão aos seus funcionários ocorrem respaldados por incentivos fiscais. Logo, seria relevante que no âmbito do debate sobre a importância do balanço social das empresas fosse destacada a necessidade de uma transparência ainda maior com relação à destinação dos recursos provenientes das renúncias fiscais. De fato, o Ethos furta-se a debater uma questão que está no cerne da RSE – e que é frequentemente levantada pelos maiores críticos deste movimento – ao argumentar que as empresas deveriam entender que as ações socialmente responsáveis são fundamentais para o sucesso dos negócios e que, por isso, as iniciativas neste sentido devem partir de recursos próprios. Neste sentido, o Ethos deve se preocupar mais com certos rumos que o movimento de RSE pode tomar. Afinal, como os seus principais líderes reconhecem, a RSE não deve se tornar um conjunto de práticas e discursos que legitimam a eficiência do setor privado no provimento de bem-estar social em detrimento das ações do Estado neste sentido.

Entretanto, nem as críticas que fizemos acima ao projeto político do Ethos e o fato deste acreditar demasiadamente na possibilidade das empresas internalizarem uma ética que venha a colocar o bem-estar social e ambiental dos públicos com quais elas dialogam no centro de suas estratégias de negócio, podem obscurecer totalmente a importância das iniciativas deste Instituto em expandir, principalmente, no seio do mundo empresarial uma cultura cívica mais solidária e democrática, tornando-o assim mais permeável aos diálogos constantes com atores importantes em espaços públicos democráticos. De fato, este elemento é fundamental para que consigamos romper com a nossa histórica tradição de negação dos conflitos, o que quase sempre deu origem a regimes autoritários.

hectares. Oliveira, Ariovaldo. U. de (2001). “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária”. In *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43.

³² Mota, Ana E. (1989). “O Pacto da Assistência: Articulações Entre Empresa e Estado”. In *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo-SP, v. 30, p. 127-136.

Referências Bibliográficas

Boschi; Diniz, Eli (2004). *Empresário, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Cappellin, Paola; Giffoni, Raquel (2007). “As empresas em sociedades contemporâneas: a responsabilidade social no Norte e no Sul”. In *Caderno CR*. Salvador, v. 20, n. 51, p. 419-434.

_____; Guliani, Gian M. (2007). “Virtudes privadas e virtude cívica: sistematização dos hábitos de doar de empresas e fundações”. In Brito, Márcia; Melo, Maria E. (Org.). *Hábitos de doar e captar recursos no Brasil*, São Paulo: Peirópolis, p. 59-106.

Costa, Paulo R. N (2012). “A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política”. In *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 18, nº 2, p. 452-469.

Dahl, Robert (1997). *Poliarquia e oposição*, São Paulo: EDUSP.

Diniz, Eli (2010). “Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações”. In *Política e Sociedade*. Vol. 9, N.17.

Duarte, Francisco J. M (2010). *Construindo o movimento da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil: um estudo de caso sobre o Instituto Ethos*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Fórum Amazônia Sustentável. “Um diálogo pela Amazônia”. Disponível em: <<http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/>>. Acesso em: 13/02/2013.

Góis, J. B. H ET Cols (2004). “Responsabilidade Social Empresarial e Solidariedade: uma análise do discurso dos seus atores”. In *Serviço Social e Sociedade*, n. 78.

Gomes, Ângela de C. (2005). *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro: Editora FGV.

Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. Institucional. Disponível em: Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/Institucional>>. Acesso em: 08/02/2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Censo 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 05/02/13.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2002). “Instituto Ethos debates: a ética e a transparência das empresas São Paulo”. Disponível em:<www1.ethos.org.br/EthosWeb/.../0-A-3c3debates_etica_e_transp.doc>. Acesso em: 16/01/13.

_____. (2003a). “Instituto Ethos debates: Regulamentação da responsabilidade social empresarial”. São Paulo. Disponível em:<http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/ethos_debate_lei_da_rse.doc> Acesso em: 15/01/13.

_____ (2007). “O compromisso das empresas com as Metas do Milênio II: Avanços e desafios”. São Paulo. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx>, Acesso: 15/01/13.

_____ (2013). “O Instituto Ethos”. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 13/01/13.

_____ (2003b). “O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza”. São Paulo. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx>, Acesso: 17/01/13.

_____. “Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção”. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4160&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 10/02/13.

_____ (2009). “Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008)”. São Paulo. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx>, Acesso: 15/01/13.

Martins, André S (2009). *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo*, Juiz de Fora: UFJF.

Mota, Ana E. (1989). “O Pacto da Assistência: Articulações Entre Empresa e Estado”. In *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo-SP, v. 30, p. 127-136.

Oliveira, Ariovaldo. U. de (2001). “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária”. In *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43.

Pochmann, M. et al (org.) (2004). *Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil*, São Paulo: Cortez. 3 v.

Reis, Elisa P. (2000). “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, p. 143-152.

Santos, Wanderley Guilherme dos (1993). *Razões da desordem*, Rio de Janeiro: Rocco.

Vogel, David (2005). *The Market for Virtue: The Potential and Limits of Corporate Social Responsibility*, Washington: Brookings.

Recebido para publicação em 20 de maio de 2013.

Aprovado para publicação em 04 de setembro de 2013.